

Um Estado transparente para uma sociedade do conhecimento

José Maria Jardim

Dr. em Ciência da Informação

Professor da Universidade Federal Fluminense

jardimbr@gmail.com

A crescente utilização de tecnologias da informação tem alterado as formas de produção e circulação de riquezas, o funcionamento das empresas e do Estado, as relações sociais em suas dimensões políticas, culturais e até mesmo afetivas.

Essas transformações ocorrem de forma desigual, no Brasil e em outras partes do mundo, na razão direta das possibilidades dos indivíduos terem acesso e usufruírem os benefícios dessas tecnologias. Nesse cenário, a informação é cada vez mais reconhecida como o epicentro daquilo que muitos entendem como sociedade do conhecimento.

Mais do que dados processados em informação, a sociedade do conhecimento requer dos indivíduos e das organizações a capacidade de transmutar informação em conhecimento. Esse conhecimento, resultado da capacidade dos indivíduos contarem com condições de acesso aos meios de informação, seria a base de uma nova etapa do capitalismo. No jogo das relações capitalistas num mundo globalizado, países com mais conhecimento deteriam a hegemonia, renovando formas de exclusão de países historicamente periféricos. As tecnologias da informação, utilizadas por indivíduos com acesso à educação, facilitariam a produção e circulação de mais conhecimentos a favor do bem estar social. Se essa é uma realidade que começa a ser percebida em sociedades menos desiguais do chamado primeiro mundo, os sinais nesse sentido ainda são tímidos em países da América Latina, Ásia e África.

Mesmo inseridos periféricamente neste processo, países como o Brasil encontram no seu cotidiano várias situações nas quais se reconhece a informação e o conhecimento com recurso econômico, políticos e culturais.

O tema está presente na agenda política, norteia ações de organizações não governamentais e do Estado, além de ser objeto de preocupação de parte do mundo empresarial.

No mapa das desigualdades brasileiras, ainda é muito desigual o Brasil informado, dotado de condições para produzir e utilizar novos conhecimentos num contexto no qual se requer o uso freqüente de tecnologias da informação e da comunicação. Mais que isso, pressupõe cidadãos com suficiente grau de educação para serem agentes desse processo.

Apesar de antecedentes históricos que apontam mais para a ignorância do que o conhecimento ou para o autoritarismo do que a democracia, o debate sobre o acesso à informação tem encontrado eco no Brasil, sobretudo após o fim da ditadura militar.

A princípio democrático da transparência do Estado como forma de controle da sociedade sobre a ação dos governantes ganhou relevância política na construção democrática, a partir de meados dos anos 80.

A noção de transparência na condução do interesse público é um dos pilares das modernas democracias. Uma administração pública opaca ou pouco visível na forma como conduz os negócios públicos impede o exercício da cidadania. Num cenário democrático, os deveres do cidadão devem encontrar equivalência em vários direitos, incluindo o de saber como e se a administração pública atua em função do interesse geral. Sem transparência, o cidadão esbarra na impossibilidade de controlar, verificar a legalidade e a oportunidade das decisões administrativas e avaliar como os governantes utilizam os fundos públicos. Sem transparência, o cidadão é um mero administrado e não um ator na formulação e avaliação de políticas públicas.

Como discurso político, a transparência é uma promessa muito sedutora, mas na prática, em nosso país, ainda há muito a avançar na ruptura com séculos de tradição de segredismo e opacidade governamental.

A Constituição de 1988 consagrou o direito à informação governamental, posteriormente desdobrado na Lei de Arquivos de 8 de janeiro de 1991. No entanto, aos avanços legais não corresponderam ainda efetivas práticas que tornassem a transparência uma regra e não uma exceção nas relações entre Estado e Sociedade.

Não há transparência sem acesso do cidadão à informação governamental. Por sua vez, esse acesso não é possível se a informação não for gerenciada, antes mesmo da sua produção. Isso requer políticas públicas, infra-estrutura material e recursos humanos qualificados. Infelizmente, esses requisitos ainda estão, de maneira geral, longe das necessidades fundamentais nos planos federal, estadual e municipal.

O problema começa no compromisso – ou na sua ausência das administrações públicas com a eficácia e a eficiência da suas ações. Sem gestão da informação não há oferta de serviços informacionais de qualidade. O processo político-decisório tende a ser menos visível à sociedade, além de favorecer várias formas de corrupção. A opacidade é um território muito favorável a práticas lesivas ao interesse público. Muitos escândalos recentes que apontam para o déficit ético na condução do Estado não seriam possíveis se houvesse maior transparência.

As tecnologias da informação constituem ferramentas poderosas, mas a experiência brasileira e internacional mostra que não são suficientes. Frequentemente são vistas, pelos administradores, como um fim em si mesmo, uma espécie de símbolo de uma modernidade administrativa finalmente alcançada. No entanto, sem padrões e políticas de gestão da informação, produzidos e implantados por recursos humanos qualificados, as tecnologias da informação auxiliam pouco.

O predomínio da absoluta opacidade sobre a transparência no Estado brasileiro não é uma questão de insuficiência tecnológica. É, antes de tudo, uma característica política, derivada de um processo histórico que remonta ao período colonial. A cultura política brasileira é irrigada, de um lado, pela tentativa de tornar secreto aquilo que é legítima e legalmente de interesse público e, de outro, pelo acesso de alguns a informações governamentais privilegiadas.

Uma das faces mais perversas da construção do Estado invisível são os arquivos públicos do nosso país. Exceções à parte, a grande maioria das instituições arquivísticas estaduais e municipais encontra-se em situação precária, assim como os arquivos dos serviços governamentais.

No imaginário social brasileiro, os arquivos tendem a ser visualizados como um local sujo, repletos de documentos velhos, não menos sujos e inúteis. Esse clichê não está tão distante da realidade. Vários “arquivos”, verdadeiras latas de lixo da memória social brasileira, podem ser encontrados – quando sobreviveram à incúria – nas nossas administrações públicas.

São quase sempre desconhecidos, no Estado brasileiro, os princípios que regem a informação como um recurso a ser gerenciado em benefício da qualidade do processo decisório e do cidadão.

Apesar de todas as contradições sociais e a enorme exclusão informacional, há alguns avanços na direção de uma sociedade do conhecimento. Há exemplos bem sucedidos de práticas de governo eletrônico, mas ainda estamos longe do “Estado do conhecimento” sem o qual a opacidade encontra cada vez mais espaço, tornando o cidadão cada vez mais distante do exercício dos seus direitos.

Soluções? Nenhuma que seja simplista ou que passe ao largo das políticas educacionais e das práticas de boa governança e cidadania. A experiência histórica revela-nos, porém, que mediante políticas públicas de informação – algo quase inexistente no Brasil – milhões de dados não gerenciados, pagos pelo contribuinte, podem se tornar informação e produzir conhecimento. Não há projeto de sociedade do conhecimento sem um Estado com conhecimento e transparente.

